



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2017.**

**Nº. 27/2017**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,05 horas.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Informou o Sr. Presidente que pretende agendar a realização de uma reunião extraordinária no próximo dia 14, pelas 10,30 horas, nomeadamente para apreciação e votação do Orçamento e do Plano de Atividades-2018.

Informou igualmente da visita do Senhor Presidente da República à Associação ART, no próximo dia 10, endereçando o respetivo convite aos Srs. Vereadores.

Interveio a seguir o Sr. Vereador Francisco Duarte perguntando se a ERSAR já se havia pronunciado sobre o tarifário do consumo de água, tendo Sr. Presidente informado que, até à hora da reunião, ainda não havia resposta.

Assim, o Sr. Vereador Francisco Duarte lembrou que estava-se perante uma situação idêntica à do ano anterior e em que os Srs. Vereadores do PS a consideraram como uma ilegalidade por não se estar a cumprir os prazos quanto à aprovação do tarifário de consumo de água.

O Sr. Presidente corrigiu, lembrando que, enquanto eleito da oposição sempre utilizou o termo “irregularidade” e nunca a expressão “ilegalidade”.

A seguir o mesmo Vereador em relação ao “caso” da derrama no Município de Castro Verde, prestou a seguinte declaração, subscrita igualmente pelo Sr. Vereador António João Colaço.

#### **O “CASO” DA DERRAMA DO MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE**

Confrontados que fomos com um conjunto de informações truncadas e muitas insinuações de má-fé que foram postas a circular, talvez para confundir, mas sobretudo para escamotear a sua falta de

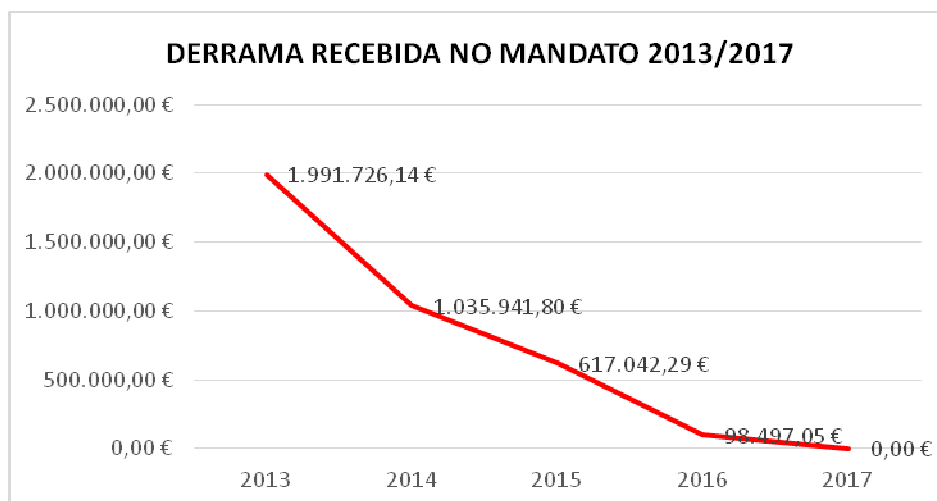
conhecimento, para não dizer incompetência e incapacidade para encarar os problemas de frente, encontrar soluções e agir em conformidade por parte do atual executivo, a CDU de Castro Verde vê-se na necessidade de esclarecer cabalmente a população de Castro Verde, a bem da verdade.

### 1 - Em primeiro lugar algumas informações básicas:

O IRC é um imposto do Estado e não dos Municípios: as empresas são obrigadas a preencher anualmente uma declaração e entregá-la nas Finanças e é dela que se extraem os “lucros tributáveis”, base sobre a qual é calculado o imposto a pagar.

A verificação do preenchimento dos formulários e o cálculo do imposto devido são da responsabilidade da Autoridade Tributária e Aduaneira (vulgo Finanças). As empresas entregam anualmente ao Estado, em simultâneo com o pagamento do IRC, a Derrama Municipal calculada sobre 1,5% do Lucro Tributável, que constitui receita da Câmara e é, mais tarde, transferida pela Autoridade Tributária.

O Município de Castro Verde recebeu nos últimos 5 anos, a título de derrama, as seguintes importâncias:



### DERRAMA RECEBIDA NO MANDATO 2013/2017

Convém recordar também que:

a – O cálculo do valor transferido como derrama para os municípios é da inteira responsabilidade da Autoridade Tributária e Aduaneira.

b – A derrama quando é transferida das Finanças para a Câmara Municipal é considerada como receita própria e o seu uso é da inteira responsabilidade do Executivo Municipal, observadas, como é óbvio, a Lei e o normativo vigente.

c – As “reclamações” dos contribuintes, as verificações do Fisco e os consequentes “acertos” sobre o valor do IRC são lícitos no quadro da legislação vigente e das decisões judiciais que, eventualmente, venham a recair sobre processos ou reclamações interpostas pelos contribuintes.

d – Sendo a Derrama uma percentagem sobre os “lucros tributáveis” das empresas, é normal que estes acertos se reflitam nos valores da Derrama transferida para os Municípios.

## **2 - Posto isto que, pensamos, contextualiza a realidade, passemos à questão concreta: a pretensa dívida da Câmara Municipal de Castro Verde ao Fisco, por recebimento “indevido” ou “incorreto” de Derrama.**

Quando nos apercebemos do não recebimento de qualquer verba relativa à Derrama, procedemos a averiguações preliminares com base na consulta aos dados disponíveis no Portal das Finanças (Conta Corrente do Município – Detalhe do apuramento da Derrama) de Janeiro de 2008 a Outubro de 2017, referentes às contas dos exercícios de 1993 a 2016, que conduziram às seguintes conclusões:

- a) Em 18/11/2016 a CMCV recebeu 9.426,61 € referente à derrama do exercício de 2015;
- b) Em novembro de 2016 as “Finanças” fizeram “acertos” ao apuramento da Derrama relativo aos exercícios de 2011 (- 1,01 €), de 2012 (- 6.058,35 €) e de 2015 (+ 2.985,71 €) totalizando assim um valor transitado negativo de – 3.073,65 €;
- c) Em dezembro de 2016 as “Finanças” fizeram “acertos” ao apuramento da Derrama relativo aos exercícios de 2006 (+ 2.026,63 €), de 2008 (- 1.498.135,22 €) e de 2009 (+ 133,50 €), totalizando assim um valor transitado negativo de – 1.499.048,74 €, ou seja, a CMCV encontrava-se “devedora” desde montante à Autoridade Tributária e Aduaneira;
- d) De novembro de 2016 a outubro de 2017 a CMCV não recebeu nenhuma receita por conta da Derrama;
- e) Em outubro de 2017, as “Finanças” fizeram o apuramento da Derrama relativo ao exercício de 2016 (+221.281,09 €), e “acertos” relativos ao exercício de 2015 (+ 1.194.67 €) totalizando, assim, um valor transitado negativo de – 1.240.969,56 €, isto é, ao valor transitado foi abatido o valor da Derrama a transferir em 2017.

Da análise sumária dos dados disponíveis no Portal das Finanças concluímos também já terem ocorrido situações similares, mas com valores substancialmente superiores nos anos de 2008, 2009 e 2011. Por outro lado, alguns dados consultados, suscitaram-nos muitas dúvidas:

- f) No apuramento referente a julho de 2008, com data de 13/08/2008, aparece um valor transitado (-5.352,47 €), cuja proveniência se desconhece (não figura nos meses anteriores);
- g) No apuramento referente a janeiro de 2009, com data de 25/02/2009, perde-se” o valor transitado do mês anterior (- 4.499.144,70 €);
- h) No apuramento referente a julho de 2009, com data de 14/07/2009, figura a menção a um crédito prescrito (- 7.011.913,65 €) e o total transitado é zero. O que significa isto exatamente? Ele é absorvido no apuramento referente a Out/2009.

Em resultado destas averiguações preliminares e das dúvidas por elas suscitadas (e porque não somos fiscalistas nem pretendemos sê-lo), promovemos uma consulta informal ao Gabinete de Advogados Gama Glória (a quem tínhamos adjudicado a interposição da “Ação administrativa de impugnação do despacho conjunto que fixou a fórmula de repartição da derrama”) sobre esta matéria, nomeadamente quais as hipóteses de questionar a AT sobre o dever de informação legalmente consagrado, os “acertos” e sobretudo as datas de eventual prescrição.

Desconhecemos as respostas a esta consulta jurídica de carácter informal.

## **3 - Concluindo:**

1 - Entendemos que o dever de informação da Autoridade Tributária e Aduaneira, mais uma vez, não foi cumprido! E a culpa não é do anterior Executivo Municipal mas dos Governos do Poder Central;

2 - Pela nossa parte reafirmamos que NÃO escondemos nenhuma informação. Antes de informar publicamente (e não estamos habitados a títulos bombásticos tão conhecidos do atual Executivo Municipal) precisamos de conhecer os factos e estudar as alternativas de atuação, se estas existirem.

3 - A CMCV não vai ter que pagar 1 milhão e quatrocentos mil euros (ou qualquer outra verba) às Finanças. O que irá acontecer (como já se começou a verificar em 2017) é que a AT não irá proceder a nenhuma transferência para o Município a título de Derrama, até ao saldo negativo estar totalmente liquidado, tal como já tinha acontecido anteriormente.

4 - Ao Executivo em funções caberá agora a tomada das decisões que entenda mais convenientes, mas sobretudo informar-se da legitimidade ou não da Autoridade Tributária e proceder conforme. Acima de tudo, tem que defender os interesses do Município e assumir de facto a boa gestão do Município de Castro Verde.”

Interveio ainda o Sr. Vereador António João questionando se já havia sido iniciado o processo de substituição do Técnico do Gabinete Técnico Florestal, assim como se já foi efetuada alguma intervenção no despiste de eventuais casos de legionella.

O Sr. Vereador David Marques informou que estava a tratar da substituição do Técnico Florestal e que ainda não foi feita qualquer intervenção no despiste da legionella.

## **ORDEM DO DIA**

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

## **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

- **Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente recebido:

- Ofício da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, SA, dando conhecimento da desistência da expropriação de parcelas de terreno, em Entradas, propriedade desta Câmara Municipal, referente ao lanço H: IP2 – Beja/Castro Verde (A2/IP1).
- “E-mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento do projeto de Lei que recomenda a gestão pública das cantinas escolares; “que O PCP insiste que o modelo de desenvolvimento do distrito de Beja tem de sofrer alterações para que possa resolver os problemas da região e das suas populações”; e da nota “O Governo não adianta novidades sobre a requalificação das escolas secundárias de Castro Verde, Odemira e Serpa.

## **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **1.- Mapa centralizador da receita e despesa:**

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 de Janeiro a 30 de Novembro de 2017, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2016	613.533,64 €
Receitas cobradas	8.064.819,68 €
Soma	8.678.353,32 €
Despesas realizadas	8.511.513,06 €
Saldo em 30.11.2017	166.840,26 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2016	222.188,32 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	699.235,49 €
Soma	921.423,81 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	646.759,47 €
Saldo em 30.11.2017	274.664,34 €

- Disponibilidades

Caixa	26.232,12 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	412.772,48 €
Total das disponibilidades em 30.11.2017	441.504,60 €
Documentos	20.392,71 €
Total de movimentos de tesouraria em 30.11.2017	461.897,31 e

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 30 de Novembro de 2017: 690.764,30 €.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria à data de 30 de Novembro findo, assim como do balancete acumulado (razão) referente ao mês de Novembro.

## 2. - Dinamização do comércio local “Ofereça Castro Verde – Compre no comércio local”

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente, o Regulamento da iniciativa em título, reeditando a mesma no corrente ano, conforme apresentação feita pelo Sr. Vereador David Marques.

Fica anexo à presente ata, dando-se aqui como integralmente transcrito, o regulamento agora aprovado.

## 2.- Pedido de autorização para a realização de despesas, logo na fase de compromisso, incluindo novos projetos de investimento, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira e parcerias que se prolongam por mais de um ano civil, independentemente da sua forma jurídica:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“A realização da despesa, logo na fase do compromisso, incluindo novos projetos de investimento, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, parcerias, que se prolonguem por mais de um ano civil, independentemente da sua forma jurídica, estão sujeitos a autorização

prévia por parte da Assembleia Municipal, isto p.f. do disposto no art.º 6º/1-c), da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro.

Tal situação, não dispensa que numa fase posterior, levemos ao conhecimento do Órgão uma relação onde estejam elencadas as situações que venham ocorrer, dado que no momento não temos presentes quais são.

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex<sup>a</sup>. levarmos à Assembleia Municipal a presente proposta de autorização prévia de despesa plurianual, na medida em que isso nos facilita o processo de contratação, caso venha a acontecer essa necessidade.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

#### **8.- Ratificação da emissão de licença especial de ruído:**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato da decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Marco Gabriel Graça Constantino, para a realização de música ao vivo, no Café 7ª. Arte, em Castro Verde, das 23 às 2 horas, no período de 24 de Novembro a 23 de Dezembro do ano corrente, em cada dia que pretenda realizar o evento.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão da referida licença especial de ruído.

### **DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL**

#### **Obras e loteamentos municipais:**

##### **1.- Empreitada de construção do prolongamento da Rua Joaquim Agostinho, em Castro Verde – Trabalhos a mais e a menos:**

Apreciou a Câmara a informação da Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental e, com base na mesma deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar os trabalhos a mais, no valor de 28.664,61 €, e a menos no valor de 1.280,00 €, da empreitada de construção do prolongamento da Rua Joaquim Agostinho, em Castro Verde.

##### **2. - Empreitada de construção do Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade, em Entradas – 1ª prorrogação do prazo de execução da obra:**

Apreciou a Câmara a informação da Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental e, com base na mesma, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar a 1ª. prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos de construção do Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade, em Entradas, até 30 de Janeiro de 2018, solicitada pelo respetivo empreiteiro, a ICEBLOCK Sociedade de Construções SA,

#### **Projetos de arquitetura:**

Apreciou a Câmara e, com base nos pareceres prestadas pelo Gabinete de Gestão Urbanística deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar os seguintes projetos de arquitetura:

- de Luís Manuel Neves Luís, para construção de edifício destinado a queijaria, no Monte da Piçarrinha, sito na União de Freguesias de Castro Verde e Casével (Procº. 26/2017).
- de Carlos Santos de Almeida, para construção de armazém agrícola, na Courela das Castanhas, sitas na Freguesia de Santa Bárbara de Padrões (Procº. 28/2017).

## **DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

### **1. - Concessão de subsídio**

- **À Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“Na sequência da solicitação que se anexa, e atendendo ao papel importante na promoção da cidadania ativa e na mobilização associativa dos jovens estudantes e ao plano de atividades apresentado para 2018, proponho a atribuição de um apoio de 1.000,00 €, à Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde.

Submetida a votação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder à referida Associação de Estudantes o apoio financeiro proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

- **À Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º. de Janeiro**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

Na sequência da solicitação que se anexa, e atendendo a que a Banda Filarmónica 1º de Janeiro desempenha um papel ativo na nossa comunidade, conforme demonstram as parcerias estabelecidas com a autarquia e as suas próprias dinâmicas nos últimos tempos, proponho a atribuição de um apoio de 500 € a esta Banda Filarmónica, para que a mesma possa fazer face às despesas com a iniciativa “Concerto de Natal”, a realizar na Basílica Real de Castro Verde, no dia 23 de Dezembro de 2017.”

Submetida a votação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder à Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º. de Janeiro o apoio financeiro proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

### **2. - Concessão e renovação de cartões sociais:**

Com base na informação nº. 806 e documentação apresentada pelo Gabinete de Educação e Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Luís Manuel da Silva António e Elvira Pereira Gonçalves Revés Fragoso, residentes em Castro Verde; Manuel Gonçalves Gil e António Manuel Nascimento Medeiros, residentes em São Marcos da Ataboeira, todos no escalão A; e a Dora Maria Guerreiro Santiago Ruiz, Maria Luísa Tostão da Silva e Maria Isabel Medeiro Rosa, residentes em Castro Verde, todas no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Maria Dulce Carrilho Vargas e de Maria Santos Aleixo, residentes em Entradas, no escalão B.

- Indeferir o pedido de cartão social de Romão Diogo Vaz, residente no Monte dos Geraldos, em virtude dos seus rendimentos per capita exceder o previsto no respetivo Regulamento Municipal.

### **PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se verificou a presença de público.

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,30 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.